

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Cotistas da
RN METROPOLITAN LTDA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **RN METROPOLITAN LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **RN METROPOLITAN LTDA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agencia Nacional de Saude Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agencia Nacional de Saude Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,

mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de Março de 2018.



VAZ & MAIA AUDITORES INDEPENDENTES
CRCMG 503

ANTONIO HILARIO MAIA
CONTADOR CRCMG 39.822

RN METROPOLITAN LTDA			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016			
Em Reais			
	Notas	2017	2016
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Disponível	4	40.266.020,54	34.362.395,76
Realizável		84.350,82	106.356,34
Aplicações Financeiras	5	40.181.669,72	34.256.039,42
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		18.720.789,78	14.006.753,74
Aplicações Livres		18.690.025,16	14.006.753,74
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		30.764,62	-
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	6	13.715.299,04	16.800.862,89
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		13.028.315,70	16.457.319,93
Créditos Tributários e Previdenciários	7	686.983,34	343.542,96
Bens e Títulos a Receber	8	3.119.099,74	2.003.038,05
Despesas Antecipadas		4.611.592,32	1.434.284,71
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9	10.765.551,49	9.537.355,91
Realizável a Longo Prazo		4.619.315,91	4.223.752,75
Créditos Tributários e Previdenciários		4.438.702,95	4.043.139,79
Depósitos Judiciais e Fiscais		180.612,96	180.612,96
Investimentos			
Imobilizado		6.061.954,49	5.249.421,17
Imóveis de Uso Próprio		3.131.147,12	2.315.129,26
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		3.131.147,12	2.315.129,26
Imobilizado de Uso Próprio		1.194.379,77	1.133.135,49
Não Hospitalares / Odontológicos		1.194.379,77	1.133.135,49
Outras Imobilizações		1.736.427,60	1.801.156,42
Intangível		84.281,09	64.181,99
TOTAL DO ATIVO		51.031.572,03	43.899.751,67
Paulo Augusto Alves Bosco		Carlos Henrique Ferreira	
Administrador		Contador CRCMG 084.854	

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

RN METROPOLITAN LTDA			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016			
Em Reais			
	Notas	2017	2016
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	21.148.331,64	16.243.180,36
Provisões de Prêmios / Contraprestações		1.239.141,83	1.050.082,25
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		1.239.141,83	1.050.082,25
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		2.586.902,40	2.554.058,31
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		14.365.830,72	12.570.587,65
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		2.956.456,69	68.452,15
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		652,30	998,30
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		652,30	998,30
Provisões	11	-	27.009,14
Provisão para IR e CSLL			27.009,14
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	12	924.551,06	1.429.198,74
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	13	6.938.962,54	8.250.293,49
Débitos Diversos	14	2.484.003,16	1.995.956,99
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.756.271,17	2.386.740,63
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		760.910,29	78.370,34
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		760.910,29	78.370,34
Provisões		180.612,96	180.612,96
Provisões para Ações Judiciais		180.612,96	180.612,96
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		1.214.747,92	327.757,33
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		1.214.747,92	327.757,33
Parcelamento de Tributos e Contribuições		1.214.747,92	327.757,33
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		600.000,00	1.800.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		16	16.778.800,16
Capital Social / Patrimônio Social		15.510.000,00	7.510.000,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		5.500.000,00	-
Reservas		56.374,02	-
Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais			
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		56.374,02	-
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		(4.287.573,86)	6.056.374,02
TOTAL DO PASSIVO		51.031.572,03	43.899.751,67
Paulo Augusto Alves Bosco		Carlos Henrique Ferreira	
Administrador		Contador CRCMG 084.854	
As notas explicativas integram as demonstrações contábeis			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **RN Metropolitan** é uma sociedade limitada sediada no município de Uberaba-MG com o objetivo social de Operadora de Plano de Saúde, sendo a atividade regulamentada pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as diretrizes contábeis definidas pela Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, quando aplicáveis às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conjugada com a legislação específica aplicável às operadoras de Planos de Assistência à Saúde estabelecida e regulamentada pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social imputada ao resultado são calculadas com base no resultado fiscal do exercício.

b) Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados ao valor de custo ou de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas até a data do balanço.

c) Passivos Circulantes e Não Circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

4. DISPONÍVEL

As disponibilidades estão compostas por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa	4.804,48	4.194,72
Bancos Conta Movimento	79.546,34	102.161,62
Total	84.350,82	106.356,34

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referente Aplicação Financeira Vinculada a Provisões Técnicas – Fundo de Renda Fixa, conforme dispõe a Resolução Normativa – RN 160, no valor de R\$ 2.516.905,44 em 2.017 (R\$ 1.852.488,86 em 2.016) e demais aplicações garantidoras de provisões técnicas no valor de R\$ 16.173.119,72 em 2.017 (R\$ 12.154.264,88 em 2.016) em Fundos de Investimentos Curto Prazo, estando atualizados com os rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações livres totalizam R\$ 30.764,62 em 31.12.2017.

6. CRÉDITO DE OPERAÇÕES C/ PLANO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

6.1 – CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS A RECEBER

As contraprestações estão segregadas da seguinte forma:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Faturas a Receber	15.748.812,87	16.804.174,61
Mensalidades a Receber	4.839.698,70	3.293.470,11
(-) Provisão para Perdas s/ Créditos	(7.560.195,87)	(3.640.324,79)
Participação dos Beneficiários	686.983,34	343.542,96
Saldos	<u>13.715.299,04</u>	<u>16.800.862,89</u>

Correspondem à valores a receber pela venda de Planos Empresa e Corporativo conforme contratos firmados com pessoas jurídicas e físicas.

São demonstradas pelos valores de realização, sendo os registros realizados pela data de emissão, observando o princípio da competência da receita pelo método pró-rata-dia de acordo com as datas de cobertura das mensalidades. (ajustadas nas contas de PPCNG no passivo circulante)

6.1.1 – PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi apropriada para cobrir as perdas estimadas na cobrança das contas a receber e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras (individual coletivo e intercâmbio). Estão registrados na provisão valores a receber com mais de 60 dias de atraso (pessoas físicas) e com mais de 90 dias de atraso (pessoas jurídicas).

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIARIOS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
IRRF a Recuperar	38.589,57	
IRPJ a Recuperar	427.617,81	398.586,93
CSLL a Recuperar	157.671,19	140.740,07
Impostos Retidos a Recuperar	138.563,60	70.205,70
Outros Impostos a Recuperar	162.876,18	116.263,62
Crédito Recuperação ISSQN pago a maior	2.193.781,39	1.277.241,73
Saldos	<u>3.119.009,74</u>	<u>2.003.038,05</u>

Os valores relativos a IRRF/INSS/IRPJ e CSLL a recuperar, referem-se a valores de créditos por pagamentos efetuados a maior e que serão compensados em futuros recolhimentos.

O valor de Crédito Recuperação de ISSQN refere-se ao processo de discussão de base de calculo com a Prefeitura Municipal de Uberaba – 2ª. vara cível de Uberaba transitado em julgado e com os levantamentos concluídos pela fiscalização da Prefeitura em dezembro de 2012. Os valores passaram a ser compensados com os recolhimentos em 2017.

Foi contabilizado crédito tributário ISSQN com a prefeitura municipal de Uberlândia o valor de R\$ 1.060.961,00 através do despacho decisório da Prefeitura e que será devolvido a RN em 10 parcelas no exercício de 2018.

8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Valor referente a adiantamentos concedidos a fornecedores e funcionários a receber e estoques perfazendo um total de R\$ 4.611.592,32 em 31.12.2017 (R\$ 1.434.284,71 em 31.12.2016).

9. ATIVO NÃO CIRCULANTE

9.1 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – VALORES E BENS

O valor de Crédito Recuperação de ISSQN refere-se ao processo de discussão de base de calculo com a Prefeitura Municipal de Uberaba – 2ª. vara cível de Uberaba transitado em julgado e com os levantamentos concluídos pela fiscalização da Prefeitura em dezembro de 2012 atualizados até a data do balanço. Os valores passaram a ser compensados com os recolhimentos em 2017.

Referente a depósitos judiciais no valor de R\$ 180.612,96 relativo a discussões de multas administrativas da ANS.

9.2 - IMOBILIZADO

Registra os valores relativos aos bens destinados a dar suporte ao funcionamento da **RN METROPOLITAN** na administração dos seus objetivos, compreendido pelos bens do Imobilizado, apresentando-se devidamente registrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, depreciados pelo método linear a taxas em função da vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos – 10% ao ano; material de atendimento médico – 10% ao ano; equipamento de processamento de dados e veículos – 20% ao ano. A amortização das benfeitorias em imóveis de terceiros (Ampliação clínica RN Saúde) de acordo com o prazo do contrato de locação de 15 anos. A administração da Empresa analisando o ativo imobilizado de uso julgou que não é necessário o registro do impairment, pois os valores registrados na contabilidade estão inferiores aos valores justos de venda.

10 PROVISÕES TÉCNICAS

10.1 - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – Peona – Foi constituída com base em Nota Técnica Atuarial aprovada pela ANS, no valor de R\$ 2.956.456,69.

10.2 – Provisão Para Eventos a Liquidar

O saldo é composto por obrigações contraídas junto a médicos e hospitais credenciados, relativamente a consultas e honorários médicos bem como exames e terapias. O montante em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 14.365.830,72 (em 2016 R\$ 12.570.587,65).

10.3 – Provisão Para Eventos a Liquidar - SUS

O saldo é composto por provisão para pagamento de ressarcimento ao SUS, de acordo com valores divulgados pela ANS, sendo o saldo em 31.12.2017 de R\$ 2.586.902,40 (R\$ 2.554.058,31 em 2016), e R\$ 760.910,29 no Longo Prazo.

10.4 – Provisão de Contraprestações Não Ganha - PPCNG

O saldo é composto por receitas futuras registradas em contrapartidas de contraprestações a receber e que são apropriadas ao resultado de acordo com o período de cobertura dos usuários do plano, sendo em 31.12.2017 o saldo de R\$ 1.239.141,83 (R\$ 1.050.082,25 em 31.12.2016).

11 – PROVISÕES

A base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido, é apurada observando-se a Lei 9.532/97 e o Decreto 3.000/99. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (alíquota de 15% acrescido de adicional de 10%) e a Contribuição Social (alíquota de 12%) foram provisionados em 31 de dezembro de 2016 de acordo com o Lucro Real e base de cálculo calculados no exercício. No exercício de 2017 apresentou prejuízo fiscal e assim não houve valores a provisionar.

12 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Referentes a impostos e contribuições sociais retidos na fonte no mês de dezembro, para recolhimentos no mês de janeiro de 2017.

13 – EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Apresenta-se de acordo com os seguintes:

<u>Bancos/Prazos</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2016</u>
Santander – conta garantida	1.738.962,54	2.000.000,00
Santander – empréstimo		207.117,99
Bradesco – conta garantida	2.000.000,00	2.000.000,00
Itau S/A – conta garantida	2.000.000,00	2.000.000,00
Banco Itau S/A	1.200.000,00	
Empréstimo Curto Prazo		2.043.175,50
<u>Totais Curto Prazo</u>	<u>6.938.962,54</u>	<u>8.250.293,49</u>
Banco Itau S/A	600.000,00	1.800.000,00
<u>Totais Longo Prazo</u>	<u>600.000,00</u>	<u>1.800.000,00</u>

14- DÉBITOS DIVERSOS

Provisão de férias

A provisão de férias é calculada com base no salário de dezembro acrescida de 1/3, mais os encargos (INSS e FGTS), relativamente ao período aquisitivo de cada funcionário. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de 578.634,00 (R\$ 430.805,55 em 31.12.2016).

Outras contas a pagar

Relativo a valores de salários e pró labore a pagar em 31.12.2017 de R\$ 358.128,61 (R\$ 327.595,14 em 31.12.2016), e Fornecedores a pagar em 31.12.2017 R\$ 1.536.797,52 (R\$ 1.218.349,69 em 31.12.2016), e outras obrigações R\$ 9.896,99.

15 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, mas referem-se cobrança de clientes de planos de saúde inadimplentes e valores considerados irrelevantes.

Passivos Contingentes relativos a perdas prováveis e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

A RN Metropolitan não é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Quanto a processos cíveis o jurídico informa não existirem perdas prováveis e que existem causas com perdas possíveis no montante de R\$ em 31.12.2017 R\$ 606.908,29

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.6 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está constituído por 15.510.000 quotas partes no valor unitário de R\$ 1,00 (Um Real), perfazendo o total de R\$15.510.000,00. No exercício de 2017 houve um aporte para futuro aumento de capital pelos sócios no valor de R\$ 5.500.000,00.

Paulo Augusto Alves Bosco
Administrador

Carlos Henrique Ferreira
Contador CRCMG 084.854